



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PEDRO LEOPOLDO

DECRETO N.º 1.762, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2018.

"Regulamenta os Artigos 66 e 173 da Lei nº 2.909, de 29 de dezembro de 2006 que dispõe sobre o Sistema Tributário Municipal e estabelece regras de parcelamentos e normas de direito tributário aplicável ao Município de Pedro Leopoldo."

O Prefeito do Município de Pedro Leopoldo, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista as prerrogativas contidas no inciso IV do Art. 90 da Lei Orgânica do Município e o disposto na Lei nº 2.909, de 29 de dezembro de 2006, Código Tributário Municipal,

DECRETA

Art. 1º. O débito para com a Fazenda Municipal inscrito em Dívida Ativa, poderá ser parcelado em até 60 parcelas mensais e consecutivas, nas condições previstas pelo Código Tributário Municipal - CTM e por este Decreto.

Art. 2º. A parcela mínima para todas as opções de parcelamento será de R\$30,00 (trinta reais).

Art. 3º. Para débitos em Dívida Ativa do Imposto sob a Propriedade Predial e Territorial Urbana, de Taxas e Contribuições:

- I. De R\$0,01 (um centavo) até R\$1.080,00 (mil e oitenta reais) em até 24 (vinte e quatro) parcelas mensais com valor mínimo das parcelas de R\$30,00 (trinta reais) ou pagamento a vista para valores em Dívida Ativa igual e inferiores a R\$59,99 (cinquenta e nove reais e noventa e nove centavos).
- II. De R\$1.080,01 (mil e oitenta reais e um centavo) até R\$2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais) em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais com valor mínimo das parcelas de R\$30,00 (trinta reais).
- III. De R\$2.400,01 (dois mil e quatrocentos reais e um centavo) até R\$5.000,00 (cinco mil reais) em até 48 (quarenta e oito) parcelas mensais com valor mínimo das parcelas de R\$50,00 (cinquenta reais).
- IV. Acima de R\$5.000,01 (cinco mil reais e um centavo) em até 60 (sessenta) parcelas mensais com valor mínimo das parcelas de R\$85,00 (oitenta e cinco reais).





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PEDRO LEOPOLDO

Art. 4º. Para débitos em Dívida Ativa do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza I.S.S.Q.N.:

- I. De R\$0,01 (um centavo) até R\$2.000,00 (dois mil reais) em até 24 (vinte e quatro) parcelas mensais com valor mínimo das parcelas de R\$30,00 (trinta reais) ou pagamento à vista para valores em Dívida Ativa igual e inferiores a R\$59,99 (cinquenta e nove reais e noventa e nove centavos).
- II. De R\$2.000,01 (dois mil reais e um centavo) até R\$4.000,00 (quatro mil reais) em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais com valor mínimo das parcelas de R\$55,00 (cinquenta e cinco reais).
- III. De R\$4.000,01 (quatro mil reais e um centavo) até R\$6.800,00 (seis mil e oitocentos reais) em até 48 (quarenta e oito) parcelas mensais com valor mínimo das parcelas de R\$85,00 (oitenta e cinco reais).
- IV. Acima de R\$6.800,01 (seis mil e oitocentos reais e um centavo) em até 60 (sessenta) parcelas mensais com valor mínimo das parcelas de R\$113,00 (cento e treze reais).

Art. 5º. Para o Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis - ITBI:

- I. Os débitos referentes ao ITBI poderão ser parcelados, independente do valor, em no máximo 6 (seis) parcelas mensais e consecutivas.
- II. O lançamento e a quitação das parcelas do ITBI deverão ocorrer, integralmente, dentro do exercício corrente, sendo que, a quantidade de parcelas deverá ser definida no ato do lançamento, observando a quantidade de meses restantes até dezembro do mês corrente.
- III. A data de vencimento da última parcela do ITBI não poderá extrapolar a data de 28/12 do ano corrente.
- IV. A guia comprobatória de quitação do ITBI somente será liberada após a quitação de todas as parcelas, sendo vedada a transmissão de quaisquer imóveis que não contenham a total quitação do referido imposto.





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PEDRO LEOPOLDO

- V. O atraso do pagamento de qualquer parcela mensal sujeitar-se-á o recálculo do valor com a incidência de juros e multas, nos termos do Código Tributário Municipal.
- VI. Não caberá restituição do valor pago, uma vez que consumado o fato imponible, independente da validade jurídica dos atos praticados ou dos efeitos que, por conta deles ocorram.

Art. 6º. Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Pedro Leopoldo, aos 07 de fevereiro de 2018.


CRISTIANO ELIAS DOS REIS COSTA

PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PEDRO LEOPOLDO

